



SERRA DA MESA

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2012, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da SERRA DA MESA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A ("SMTE") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

SETOR ELÉTRICO

O Sistema de Transmissão Interligado Nacional

As primeiras linhas de transmissão foram implantadas pelas concessionárias de distribuição para ligar sua geração própria aos consumidores de sua área de atuação.

A partir da década de 50, o Estado interveio constituindo empresas com o propósito de implantar e operar grandes parques de geração. Essas empresas (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul) eram responsáveis também pela maioria das extensas linhas de alta tensão que transportavam a energia gerada aos centros de consumo.

O restante do sistema interligado era composto por linhas de empresas de distribuição, atuando em suas respectivas áreas de concessão.

A partir da criação da Eletrobrás, na década de 60, a expansão da geração e transmissão começa a ser planejada de modo a otimizar o atendimento ao mercado. A rede de transmissão em alta tensão que então se formava, interligando as usinas geradoras (de concessionárias de geração e distribuição) aos mercados consumidores (concessionárias distribuição e grandes consumidores) passa a ser chamada Sistema Interligado.

Em 1973 é constituído o GCOI - Grupo Coordenador para Operação Interligada - promovendo mecanismos de cooperação entre as empresas e o uso racional das instalações com baixos custos operacionais. O GCOI foi o embrião do atual ONS.

A operação centralizada do Sistema Interligado tem como base a interdependência operativa entre as usinas, a interconexão dos sistemas elétricos e a integração dos recursos de geração e transmissão para o atendimento ao mercado.

A interdependência operativa deriva do aproveitamento conjunto dos recursos hidrelétricos, através da construção e da operação de usinas e reservatórios localizados em seqüência em várias bacias hidrográficas.

Até meados da década de 90 o país tinha dois grandes subsistemas de transmissão: um para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; outro para o Nordeste e parte da região Norte. A maior parcela da região Norte permanecia isolada.

A geração em cada um desses subsistemas é majoritariamente hidráulica. Embora a estação chuvosa seja a mesma em quase todo o país (dezembro a abril), há diferenças na intensidade das precipitações: na região Norte, as chuvas são mais intensas e homogêneas ao longo do ano; já no Nordeste os meses secos podem ser muito rigorosos.

Tal fato motivou os projetos de interligação Norte-Sul e Norte-Nordeste licitados nos últimos anos que permitiu a transferência de energia dos sistemas hídricos das regiões Norte (bacia do Tocantins) e Sul (principalmente Itaipu) para as regiões Sudeste e Nordeste.

A partir da década de 90, o Governo passa a patrocinar a mudança do modelo energético.

Sob o novo modelo, tem-se a cisão dos negócios Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização, bem como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação).

A maioria das empresas de distribuição é privatizada. Novas licitações são feitas para exploração de usinas geradoras e construção e operação de novas linhas de transmissão.

A implantação do novo modelo do sistema elétrico impacta a rede de transmissão e seus operadores de forma especial.

Passa a ser considerada como concessionária de transmissão a empresa responsável pela operação de linhas pertencentes à Rede Básica. Essas empresas têm remuneração própria, ao longo do período de concessão, independente da carga transportada e vinculada ao investimento na implantação e à disponibilidade das linhas.

Pretende-se com o novo modelo facilitar a entrada de novos *players* no negócio Transmissão, aumentando a concorrência e a especialização. Através desses novos investimentos espera-se ampliar a capilaridade da rede de transmissão, com melhoria na confiabilidade e flexibilidade operativas.

O Segmento da Transmissão

Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos *players* e uma intensa competição que tem levado a deságios de mais de 50 %.

Após a entrada do governo Lula, modificações foram feitas no modelo de licitação de novas linhas, as principais sendo a transferência, para o Ministério de Minas e Energia, do gerenciamento das licitações e a permissão de que as concessionárias federais concorram aos leilões, desde que associadas e com participação minoritária. De modo geral, entretanto, essas modificações foram pequenas, não alterando a essência do modelo.

O ONS tem cumprido dois papéis: o de coordenar a operação da Rede Básica e gerenciar o acesso de novos usuários, e o papel de nortear a expansão da Rede Básica no horizonte de 3 anos, indicando a transmissão necessária em cada região e os limites interregionais. O planejamento em horizonte superior a 3 anos, indicando as soluções estruturais para o sistema de transmissão, é de responsabilidade da EPE.

Sendo a geração majoritariamente hidroelétrica, as novas linhas têm tido a função de integrar as bacias, transferindo grandes blocos de energia para regiões com escassez de chuva. A transmissão funciona assim como uma usina virtual, lançando mão da diversidade dos regimes de chuvas e vazões dos rios das principais bacias hidrográficas.

Dados do ONS indicam que, desde 1998, a taxa de crescimento da rede evoluiu de 0,8 % para 3 % ao ano e os limites de transferência entre Itaipu/Região Sul para a Região Sudeste triplicaram, enquanto os das Regiões Norte/Sudeste para a Região Nordeste mais do que quadruplicaram.

A SERRA DA MESA

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S/A, foi constituída em 14 de dezembro de 2005, regime de SPE - e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é uma Concessionária de Transmissão de Energia Elétrica e foi constituída pela Isolux Corsan S.A. que sagrou-se vencedora do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A sociedade tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II - Luziania - Paracatu IV - Emborcação e Luziania - Samambaia, localizada nos estados de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 274.500, dividido em 274.500.000 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (em reais).

Acionistas

State Grid Brazil Holding S.A.	99,99
International Grid Holdings Limited	0,01
	100

O objeto de nossa Sociedade é a exploração de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à disponibilização de nossa rede de transmissão de energia elétrica. Nossa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas Energia - MME.

EXERCÍCIO 2012

Receita:

O valor anual da receita fixado pela ANEEL para o período de Julho 2012 - Junho 2013 é de R\$ 88.656.796,43. Tal valor é fixo, definido no Contrato de Concessão, e reajustado anualmente em 1º de Julho pela variação do IPCA nos 12 meses findos em 31 de maio precedente ao reajuste.

A receita mensal é objeto de uma dedução de uma parcela variável, em função do tempo em que as linhas fiquem indisponíveis. No exercício de 2012 a SMTE teve dedução de R\$ 267.301,11 por este conceito, o que representa 0,28% da receita operacional.

A SMTE fatura mensalmente a todos os Usuários do Sistema Interligado pelo uso do Sistema de Transmissão da rede básica, com independência do uso específico das suas próprias instalações. Os valores devidos por cada um dos Usuários são definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

A título de exemplo, o número de usuários do mês de dezembro de 2012 alcançou a cifra de 273 com uma média de R\$ 40 mil por fatura.

Distribuição de Usuários			
Valor da fatura	Quantidade	Totais	Média
< 10.000	194	495	3
10.000 - 100.000	54	1.506	28
100.000 - 200.000	14	1.997	143
200.000 - 300.000	3	783	261
>300.000	8	6.123	765
SOMAS	273	10.904	40

A composição da tarifa em dezembro de 2012 é como segue:

	R\$ Mil
Composição da tarifa	
Receita Garantida	135.345.451,09
Impostos	
PIS	-2.233.200,20
COFINS	-10.286.255,43
ICMS	
Taxas	
Fiscalização	-676.727,43
P&D	-959.502,22
RGR	-3.383.636,13
CCC	-10.024.163,95
CDE	-8.383.558,72
PROINFA	-4.869.138,00
Compensação financeira	
Custo da energia comprada para revenda	
Encargos de uso da rede elétrica	
Despesas de pessoal	-5.370.260,88
Outras despesas operacionais	-25.080.647,63
Tarifa bruta da concessionária	64.078.360,70

Desempenho econômico-financeiro

No exercício 2012 a SMTE teve uma Receita Base bruta de R\$ 148.899.742,17 (147.211.807,20 em 2011), que, após a dedução dos impostos sobre o faturamento, resultou em uma receita líquida de R\$ 132.037.148,19 (131.358.171,26 em 2011). O lucro operacional, EBITDA, foi de R\$ 95.061.747,64 (94.775.455,50 em 2011) e, uma vez descontados as amortizações, as despesas financeiras e os extraordinários, obtemos um lucro antes de impostos de R\$ 70.852.087,43 (70.326.776,84 em 2011).

O Lucro Líquido do exercício, após a Provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foi de R\$ 45.712.828,39 (57.761.239,56 em 2011), correspondente a R\$ 167,00 por lote de 1.000 ações do capital.

Os Principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2012 e 2011 são:

	2012	2.011
• Liquidez Geral	171,18%	174,30%
• Liquidez Corrente	234,25%	463,01%
• Relação Patrimônio Líquido/Ativo Total	42,13%	43,07%
• Relação Exigível Total/Ativo Total	57,87%	56,93%
• Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	13,78%	17,23%
• Relação Lucro Operacional/Patr. Líquido (%)	30,24%	30,12%
• Endividamento do patrimônio Líquido	137,38%	132,16%

Valor Adicionado: Em 2012 o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela concessionária foi de R\$ 131.858.209,52, representando 89% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição: 4% (pessoal); 29% (Governo); 35% (Acionistas); e 33% (Financiadores).

Distribuição de Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 50% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

A sociedade constituiu reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social e decidiu repartir aos acionistas o saldo remanescente.

Responsabilidade Ambiental

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. - SMTE está operando em plena conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença de Operação Retificada no 726/2008 emitida pelo IBAMA em 30 de setembro de 2008.

Em maio de 2012 a SMTE solicitou ao IBAMA, através da carta SMTE/102/11, a renovação da Licença de Operação Retificada nº 726/2008.

Indicação dos Programas Ambientais realizados no decorrer do ano de 2012

Nome do Programa	Atividades realizadas em 2012
Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental Antiquemadas	Sim
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas	Sim
Programa de Monitoramento e Conservação da Flora	Sim
Programa de Monitoramento e Conservação do Pato Mergulhão (<i>Mergus octosetaceus</i>) e necessidade de instalação de sinalizadores	Sim
Plano de Combate a Incêndios Florestais	Sim
Programa de Educação Ambiental	Sim
Programa de Compensação Ambiental	Aguardando definição do IBAMA

Resumo das Atividades

Em atendimento às Condicionantes da Retificação da Licença de Operação nº 726/2008, emitida pelo IBAMA para as Linhas de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziânia-Samambaia e Luziânia-Paracatu IV-Emborcação, foram desenvolvidos Programas/Atividades em 2012.

a) Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental Antiquemadas.

b) Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;

c) Programa de Monitoramento da Flora;

d) Programa de Monitoramento e Conservação do Pato Mergulhão (*Mergus octosetaceus*) e necessidade de instalação de

sinalizadores;

e) Plano de Combate a Incêndios Florestais;

f) Programa de Educação Ambiental;

g) Programa de Compensação Ambiental.

Abaixo se encontra a descrição sucinta do que foi desenvolvido.

• Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental Antiquemadas

No âmbito deste Programa foi realizada uma campanha Antiquemadas Completa.

Esta Campanha consiste na apresentação de palestras para os proprietários e alunos do entorno do empreendimento, colocação de cartazes, spots em rádios locais, distribuição de kits (caderno, lápis, canetas, gibi para crianças e calendário para adultos, camisas, bonês, garrafinha de água, sacola e imã de geladeira) e distribuição de panfletos educativos. Nas palestras, é feita uma brincadeira com perguntas voltadas para os temas: Preservação Ambiental, Os Males das Queimadas e Desenvolvimento Sustentável. Os participantes que acertam as perguntas recebem como brinde uma caneca.

• Plano para Recuperação de Áreas Degradadas

As técnicas de mitigação utilizadas nesta concessionária fundamentaram-se, basicamente, na busca de soluções para impactos ambientais decorrentes da fase construtiva do empreendimento. Com esse objetivo, a **SMTE** buscou adaptar à realidade da região técnicas conservacionistas e de recuperação ambiental já conhecidas, através da utilização de materiais alternativos. O método aplicado baseou-se no reaproveitamento de materiais naturais disponíveis na região, em substituição aos industrializados (canaletas e muros de alvenaria etc.), diminuindo, assim, os aspectos visuais negativos em obras de recuperação de áreas degradadas.

Os trabalhos foram desenvolvidos levando em consideração a análise dos aspectos físicos locais, ressaltando a dinâmica superficial e subsuperficial da água, a resistência mecânica dos solos, aspectos geomorfológicos, dados pluviométricos e características da vegetação da região.

A aplicação do método proposto resultou, basicamente, na estabilização e controle de processos erosivos de taludes de corte e aterro ao longo da referida LT, através da adequação do sistema de drenagem, grampeamento de solo, adubação e plantio de espécies rasteiras, o que garantiu maior infiltração, redistribuição da água no solo e diminuição do escoamento superficial.

Em 2012 foram identificadas novas áreas que necessitavam de recuperação/manutenção. Em fevereiro o IBAMA realizou uma vistoria técnica e por meio de um ofício emitido em abril do mesmo ano, solicitou a elaboração de um projeto de recuperação de áreas degradadas para estas áreas.

No início do ano de 2013 será lançada licitação para a elaboração do referido projeto e consequente início dos trabalhos.

• Programa de Monitoramento e Conservação da Flora

• Programa de Monitoramento e Conservação do Pato Mergulhão (*Mergus octosetaceus*) e necessidade de instalação de sinalizadores

Os Programas de *Monitoramento e Conservação da Flora* e de *Monitoramento e Conservação do Pato Mergulhão e necessidade de instalação de sinalizadores* são executados pela mesma empresa de consultoria, e tiveram sua duração no período estabelecido na Licença de Operação. As campanhas foram semestrais e tiveram início em 2009. Os relatórios foram encaminhados ao IBAMA, entretanto, como a SMTE aguarda decisão do órgão ambiental quanto à renovação da licença de operação, em 2013 não haverá campanhas.

Em 2012 houve 03 (três) campanhas, obedecendo à sazonalidade da região, como se pode observar no quadro abaixo.

Datas de realização

19 a 28/03

21/08 a 27/08

28/08 a 07/09

No ano de 2012 foi produzido um vídeo educativo sobre o Pato Mergulhão, que foi amplamente divulgado pela SMTE, em parceria com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

• Plano de Combate a Incêndios Florestais

No âmbito deste programa, a SMTE fechou uma parceria com o ICMBio, especificamente com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. As ações previstas no âmbito deste programa são a instrumentalização de uma brigada de incêndios florestais e atividades de educação ambiental com foco na conservação do Pato Mergulhão. As atividades desta parceria tiveram início em 2012, com a aquisição de uma TV. No início de 2013 será dada continuidade ao Programa e a consequente aquisição do restante de material e equipamentos acordados.

• Programa de Educação Ambiental

O contrato de trabalho para a realização deste Programa foi assinado no final do ano de 2011 (Dezembro).

Em 2012 foram iniciadas as ações do Plano de Educação Ambiental da SMTE, com visitas às Secretarias de Educação/Núcleos de Coordenação Pedagógica, dos municípios interceptados pelo empreendimento.

Nessas visitas o Programa era apresentado e as demandas locais ouvidas. No final deste mesmo ano, foram iniciadas a oficinas com os professores municipais.

Espera-se que estas atividades terminem ainda no início de 2013.

Os relatórios de todas as etapas foram enviados ao IBAMA.

• Programa de Compensação Ambiental

Após consulta, foi informado ao IBAMA, através da carta SMTE/084/12 o real valor do empreendimento, no sentido de que seja estipulado o montante destinado à Compensação Ambiental e as Unidades de Conservação beneficiadas.

A SMTE aguarda decisão do órgão para dar início aos procedimentos.

Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2012 a SMTE concluiu a auditoria contábil do Projeto de PeD intitulado "Desenvolvimento de Sistema de Comunicação Adaptado a EPI para Apoio às Atividades de Manutenção de Linhas de Transmissão e Subestações", cuja execução se havia encerrado em 2011.

Responsabilidade Social

Neste exercício de operação da SMTE ficou nítido o papel social da Concessionária. A característica linear de suas instalações implica em penetração regional significativa, representando uma abrangência social como poucas outras instalações podem propiciar. Assim, ciente de sua responsabilidade social, a SMTE tem gerenciado seu orçamento sempre buscando as oportunidades de investimentos sociais, esgotando e utilizando todos os incentivos sócios culturais permitidos pela legislação vigente. Uma iniciativa muito importante para transmitir seus valores e ser reconhecida como uma empresa ética diante da sociedade, empregados, acionistas e clientes.

Projetos Culturais:

Relatório de Projetos Patrocinados

A) Projetos Culturais - Lei Rouanet

Orquestra Maré do Amanhã

O projeto prevê o ensino de música clássica para crianças e adolescentes (09 - 16 anos) residentes da comunidade da Maré no Rio de Janeiro, em escolas públicas, tendo sua sede instalada no CIEP Operário Vicente Mariano. Busca também oferecer uma oportunidade real de melhoria de vida para os moradores da Maré, área considerada de risco.

Crianças são preparadas e equipadas para a arte da música, evitando que sejam recrutadas pelo tráfico de drogas. Para ser selecionado e participar do projeto, é essencial que as crianças e adolescentes estejam matriculados na escola, comprovem frequência e desempenho escolar. As aulas de música ocorrem no turno inverso à escola. Todos alunos recebem uniforme, instrumento e almoço na escola até o final do curso.

Motivação: Social, cultural e educacional.

Valor: R\$ 44.975,09

Ano de aporte: 2011

Ano de realização: 2012

Uma noite na Hungria

A música é uma das manifestações artísticas escolhidas pela SMTE, que para 2012 promove dois concertos de "Uma noite na Hungria". Espetáculo em homenagem a Liszt, o extraordinário pianista e compositor húngaro cujo bicentenário de nascimento foi comemorado em 2011. Concerto regido pelo Maestro Julio Medaglia, com seis pianos, Orquestra Sinfônica do Rio de Janeiro e dança.

Motivação: Foco no relacionamento institucional no Rio de Janeiro (ONS, BNDES, Furnas, EPE etc.) e integração com os empregados.

Local: Teatro Municipal do Rio de Janeiro

Valor: R\$ 35.477,97

Ano de aporte: 2011

Ano de realização: 2012

Cinemagia

Evento de cinema itinerante, com toda infra-estrutura própria, para exibição pública e gratuita de 02 sessões de cinema por dia (01 adulto e outro infantil), percorrendo 15 municípios e atendendo a um público estimado de 500 pessoas por sessão.

Motivação: interação e bom relacionamento com as comunidades próximas às Linhas de Transmissão.

Locais: 15 municípios de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal.

Valor: R\$ 71.427,35

Ano de aporte: 2011

Ano de realização: 2012

Cultura das Águas

Consciente do seu compromisso social com a população e o meio ambiente, a empresa apoia o projeto "A Cultura da Água", que vem por meio de 50 performances teatrais voltadas para crianças ensinar a criança, de modo lúdico e divertido o valor da água e enfatiza a importância dos cuidados com o meio ambiente. O público é de crianças de 5 a 12 anos de idade, em escolas localizadas em cidades próximas as linhas de transmissão e comunidades carentes. Ao final de cada espetáculo os alunos recebem livros e folders institucionais.

Motivação: Passar consciência e valores ambientais através da apresentação tetral e promover o convívio equilibrado da sociedade com as torres de transmissão através das dicas elencadas nos folders. Foco também para o incentivo à leitura através dos 10.000 livros distribuídos (200 por sessão) e integração dos funcionários e filhos através de apresentação na sede da empresa.

Locais: 09 cidades diferentes, nos estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, São Paulo e 01 apresentação incompany.

Valor: R\$ 31.937,03

Ano de aporte: 2011

Ano de realização: 2012 e 2013

B) Projetos Esportivos - Lei do Desporto

Campeonato de Tênis de Mesa (Alberto de Jovens Internacional do Brasil)

Esse evento tem como objetivo principal a divulgação do Tênis de Mesa e a preparação de novos atletas visando às participações nos Jogos Olímpicos RIO 2016, nas categorias infantil e juvenil - masculino e feminino - fazendo parte essa competição do Circuito Mundial de Jovens da Federação Internacional de Tênis de Mesa. São provas individuais, em duplas e equipes.

Motivação: Colaborar para preparação dos atletas brasileiros na categoria de jovens, em virtude de confrontos diretos com atletas de outros continentes, propiciando um intercâmbio intensivo técnico e físico para os jogadores. Divulgação da imagem da empresa através do apoio à educação esportiva.

Local: Rio de Janeiro

Valor: R\$ 41.646,68

Ano de aporte: 2011

Ano de realização: 2012

C) Projetos Sociais - FIA (Fundo para Criança e Adolescência)

Brinquedoteca

Doação para construção de um espaço educacional e profissional, com 52m² de área, no Centro Educacional Municipal Perolina Coelho.

Esta sala tem como objetivo atender 117 crianças na idade de 4 meses a 5 anos de idade, desenvolvendo atividades psicomotoras, fala, leitura e brincadeiras, respeitando-os em sua especificidade e limitações quanto ao processo de inclusão. São disponibilizados na sala: jogos e brinquedos, livros, imagens computadorizadas, retroprojetores, TV, DVD e rádio.

Motivação: Foco na educação, inclusão e o bom relacionamento com as comunidades e proprietários de terras na região da Linha de Transmissão.

Local: Especificamente neste caso na cidade de Itumbiara - Goiás

Valor: R\$ 3.337,43

Ano de aporte: 2011

Ano de realização:



Balço Social Anual - 2012
(31 de Dezembro de 2012 e 2011)

1) Base de Cálculo	2012 Valor	2011 Valor	4) Indicadores Ambientais (Relacionados com a operação da empresa)						
Receita Líquida (RL)	132.037.148,19	131.358.171,26	Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	%Sobre RO	%Sobre RL		
Resultado Operacional (RO)	95.061.747,64	94.775.455,50	Em Programas e/ou projetos externos	0,70%	0,51%	1.188.479,57	1,25%	0,90%	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	4.648.239,88	3.375.221,13	Total dos Investimentos em Meio Ambiente	669.797,08	0,70%	0,51%	1.188.479,57	1,25%	0,90%
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	5) Indicadores do Corpo Funcional		
Alimentação	287.173,84	6,18%	0,22%	214.744,14	6,36%	0,16%	Empregados ao final do período	45	
Encargos sociais compulsórios	1.112.677,74	23,94%	0,84%	801.803,03	23,76%	0,61%	Admissões durante o período	0	
Previdência privada	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	Empregados terceirizados	0	
Saúde	256.296,43	5,51%	0,19%	276.997,34	8,21%	0,21%	Mulheres que trabalha na empresa	12	
Capacitação e desenvolvimento profissional	95.933,42	2,06%	0,07%	84.976,06	2,52%	0,06%	Escolaridade dos empregados		
Outros	82.617,31	1,78%	0,06%	120.537,34	3,57%	0,09%	Superior e extensão universitária	11	
Total - Indicadores Sociais Internos	1.834.698,74	39,47%	1,39%	1.499.057,91	44,41%	1,14%	2º grau	32	
							1º grau	2	
3) Indicadores Social Externos	Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Faixa etária dos empregados		
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	Abaixo de 30 anos	18	
Cultura	222.146,35	0,23%	0,17%	248.947,83	0,26%	0,19%	De 30 até 39 anos	12	
Total - Indicadores Sociais Externos	222.146,35	0,23%	0,17%	248.947,83	0,26%	0,19%	De 40 até 49 anos	10	
							De 50 até 59 anos	5	
							Acima de 60 anos	0	
							Dependentes	57	

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em reais)

	Nota	2012	2011		Nota	2012	2011
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	4	59.195.518,89	62.386.362,84	Fornecedores		1.164.635,20	2.678.332,08
Concessionárias e permissionárias	5	13.840.352,39	13.722.902,26	Contas a pagar - partes relacionadas		0	9.822,90
Estoques		1.636.147,74	1.603.925,59	Empréstimos - partes relacionadas		0	801.366,07
Adiantamento a fornecedores		1.851.691,50	1.254.789,66	Empréstimos	10	32.956.125,34	
Impostos a recuperar	6	10.966.052,04	14.393.618,08	Impostos e contribuições sociais		10.391.254,67	9.273.610,01
Contas a receber - ativo financeiro	7	85.269.714,71	126.891.674,83	Taxas regulamentares	8	6.726.297,98	6.584.797,56
Outros créditos		927.752,99	1.128.916,93	Dividendos propostos		21.713.593,49	27.436.589,05
		173.687.230,26	221.382.190,19	Outros passivos circulantes		1.194.335,47	1.029.251,58
Ativo não circulante						74.146.242,15	47.813.769,25
Outros créditos		10.591.619,38	410.193,18	Passivo não circulante		0	360.614.731,58
Contas a receber - ativo financeiro	7	595.980.853,62	540.804.602,42	Empréstimos - partes relacionadas		0	
Impostos a recuperar	6	0	9.525.816,62	Empréstimos	10	326.184.287,40	
Imobilizado		1.490.098,95	215.107,33	Outras provisões - medidas compensatórias	9	3.930.631,00	3.930.631,00
Intangível		5.828.755,29	5.828.755,29	Provisão para contingências	12	12.744.748,01	2.355.059,78
		613.891.327,24	556.784.474,84	Impostos diferidos		38.798.351,56	28.264.000,00
Total do ativo		787.578.557,50	778.166.665,03			381.658.017,97	395.164.422,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais)

	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	15	132.037.148,19	131.358.171,26
Custo da operação		(31.704.714,23)	(30.412.804,76)
Pessoal		(3.028.393,11)	(2.036.231,42)
Material		(324.836,66)	(334.910,74)
Serviços de terceiros		(2.446.247,50)	(2.770.025,41)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica		(676.727,23)	(635.854,42)
Arrendamentos e aluguéis		(56.516,99)	(109.469,32)
Repasses		(23.276.860,67)	(21.730.455,42)
Custo de construção e outros		(1.895.132,07)	(2.795.858,03)
Lucro operacional bruto		100.332.433,96	100.945.366,50
Despesas operacionais		(5.270.686,32)	(6.169.911,00)
Pessoal e administradores		(2.341.867,77)	(2.036.244,59)
Outras		(2.928.818,55)	(4.133.666,41)
Lucro antes do resultado financeiro		95.061.747,64	94.775.455,50
Resultado financeiro		(24.209.660,21)	(24.448.678,66)
Receita financeira		18.460.706,61	5.016.344,04
Receitas de aplicações financeiras		3.094.469,94	4.965.066,91
Variações monetárias ativas		14.751.880,00	-
Outras receitas financeiras		614.356,67	51.277,13
Despesa financeira		(42.670.366,82)	(29.465.022,70)
Variações monetárias passivas		(13.486.080,00)	-
Juros		(24.185.093,65)	(29.249.861,56)
Outras despesas financeiras		(4.999.193,17)	(215.161,14)
Lucro antes dos impostos		70.852.087,43	70.326.776,84
Imposto de renda e contribuição social	14	(25.139.259,04)	(12.565.537,28)
Lucro líquido do exercício		45.712.828,39	57.761.239,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais)

	2012	2011
Lucro do exercício	45.712.828,39	57.761.239,56
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	45.712.828,39	57.761.239,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais)

	Nota	2012	2011
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		45.712.828,39	57.761.239,56
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos		22.919.293,64	29.249.861,56
Depreciação e amortização		91.881,92	16.990,01
Provisão para devedores duvidosos		517.711,11	-
Provisão para contingências		10.389.688,23	(494.122,95)
Impostos diferidos		10.534.351,56	-
(Aumento) diminuição nas contas de ativo			
Concessionárias e permissionárias		(635.161,24)	(1.284.439,31)
Outros créditos		(9.980.262,26)	(624.954,88)
Adiantamento a fornecedores		(596.901,84)	(1.117.295,23)
Tributos e contribuições compensáveis		12.953.382,66	7.636.050,39
Contas a receber ativo financeiro		(13.554.291,08)	(20.022.277,25)
Estoques		(32.222,15)	(532.486,05)
Aumento (diminuição) nas contas de passivo			
Fornecedores		(1.513.696,88)	1.185.780,41
Tributos e contribuições sociais		1.117.644,66	8.560.513,83
Partes relacionadas		(9.822,90)	(6.757.112,54)
Taxas regulamentares		141.500,42	1.446.222,03
Outras contas a pagar		165.083,39	277.444,34
Fluxos de caixa líquido originado de atividades operacionais		78.221.007,63	75.301.413,92
Atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		3.196.065,19	(24.223.866,78)
Aquisição de imobilizado (ativo financeiro) - intangível		(1.366.873,03)	(232.097,34)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		1.829.192,16	(24.455.964,12)
Atividades de financiamento			
Empréstimos captados		360.104.400,00	-
Empréstimos e financiamentos pagos		(385.299.378,55)	(29.249.861,56)
Dividendos distribuídos pagos		(54.850.000,00)	(21.799.779,73)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(80.044.978,55)	(51.049.641,29)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.221,24	(204.191,49)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		250.537,41	454.728,90
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	255.758,65	250.537,41
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.221,24	(204.191,49)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados		Total
		Reserva legal	Dividendos retidos		Lucros acumulados	Total	
Saldo EM 31 de dezembro de 2010	274.500.000,00	2.487.351,42	46.280.250,96	3.396.000,00	-	-	326.663.602,38
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	57.761.239,56	-	57.761.239,56
Constituição da reserva legal	-	2.888.061,95	-	-	(2.888.061,95)	-	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	54.873.177,61	-	(54.873.177,61)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(27.436.588,79)	-	-	-	(27.436.588,79)
Dividendos pagos	-	-	(21.799.779,73)	-	-	-	(21.799.779,73)
Saldo EM 31 de dezembro de 2011	274.500.000,00	5.375.413,37	51.917.060,05	3.396.000,00	-	-	335.188.473,42
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.712.828,39	-	45.712.828,39
Constituição da reserva legal	-	2.285.641,42	-	-	(2.285.641,42)	-	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	43.427.186,97	-	(43.427.186,97)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(21.713.593,22)	-	-	-	(21.713.593,22)
Dividendos pagos	-	-	(27.413.411,21)	-	-	-	(27.413.411,21)
Saldo EM 31 de dezembro de 2012	274.500.000,00	7.661.054,79	46.217.242,59	3.396.000,00	0,00	-	331.774.297,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais)

	2012	2011
Receitas de uso de sistema de transmissão	148.899.742,17	147.211.807,20
Construção de ativos próprios	148.899.742,17	147.211.807,20
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços	(5.019.865,58)	(4.724.458,81)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outras	(4.598.639,55)	(6.287.271,60)
Outros	(25.791.852,21)	(25.013.191,31)
Valor adicionado bruto	113.489.384,83	111.186.885,48
Depreciação e amortização	(91.881,92)	(16.990,01)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	113.397.502,91	111.169.895,47
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	18.460.706,61	5.016.344,04
Valor adicionado total a distribuir	131.858.209,52	116.186.239,51
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações diretas	4.417.001,51	3.380.391,68
Benefícios	722.021,00	520.261,75
FGTS	231.238,37	171.822,58
	5.370.260,88	4.072.476,01
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	37.658.714,67	24.330.568,83
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	42.670.366,82	29.465.022,70
Aluguéis	446.038,76	556.932,41
	43.116.405,58	30.021.955,11
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	21.713.593,49	27.436.588,79
Lucros retidos	23.999.234,90	30.324.650,77
	45.712.828,39	57.761.239,56
Total da distribuição do valor adicionado	131.858.209,52	116.186.239,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais)

1. Informações gerais

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia"), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 14 de dezembro de 2005 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro, com filiais em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isolux Corsan S.A., que sagrou-se vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500Kv Serra da Mesa II - Luziania - Paracatu IV - Emborcação e Luziania - Samambaia, localizada nos Estados de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada da State Grid Brazil Holding S.A., e subsidiária do Grupo State Grid, localizado em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 17 de novembro de 2005, o Grupo Isolux Corsan S.A. foi declarado vencedor do Leilão Público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3.

No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais:

(i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziania, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás.

(ii) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais.

(iii) Linha de Transmissão 500 kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188 km, no Estado de Minas Gerais.

(iv) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Samambaia, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal.

(v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziania, Paracatu IV e Samambaia.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$66.900.000,00 (valor histórico), excluindo o montante necessário para cobrir as despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a receita anual permitida será reduzida a 50% do seu valor original.

A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a receita anual da Companhia em aproximadamente R\$70.000.000,00 para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

Em 28 de junho de 2011, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.171/2011, estabeleceu a receita anual da Companhia em aproximadamente R\$91.701.000,00 para o período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

Em 26 de junho de 2012, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.313/2012, estabeleceu a receita anual da Companhia em aproximadamente R\$ 97.765.231,03 para o período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Durante o exercício 2012, não ocorreram alterações nos contratos de concessão e nas práticas contábeis relacionadas a estes contratos - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas pela Administração em 14 de março de 2013.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide Nota 2.15, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir. Determinado item na demonstração dos fluxos de caixa de 2011 foi reclassificado para melhor comparabilidade:

2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.3.1. Receita de concessão

a) Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

b) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regiões por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

c) Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

2.3.2. Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e contas a receber - ativo financeiro indenizável. São classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pela taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto aquelas com vencimento superior à três meses (ou sem vencimento definido) são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.6. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos assemelhados. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.7. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.8. Ativo financeiro

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre anualmente.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Tributação

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;
- Reserva Geral de Reversão (RGR) ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.



Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- ▶ Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo; e
- ▶ Sobre ajustes efetuados por diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2.12. Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas transmissoras de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas companhias em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% de sua receita bruta anual.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de fiscalização descrita anteriormente.

b) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.14. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 50% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

2.16. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ainda não foi oficialmente definido pelos Órgãos Ambientais pertinentes, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09 A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus

assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

A Administração da Companhia adotou como prática contábil o reconhecimento dessa provisão ao término da construção da linha de transmissão, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no processo de unitização dos bens.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.18. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.19. Informações por segmento

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

3. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

	2012	2011
Caixa	24.766,28	19.504,22
Bancos	230.992,37	231.033,19
	255.758,65	250.537,41
	<u>58.939.760,24</u>	<u>62.135.825,43</u>
	<u>59.195.518,89</u>	<u>62.386.362,84</u>

Aplicações financeiras de liquidez imediata

	2012	2011
A vencer	13.689.846,11	13.456.296,42
Vencidas até 30 dias	12.940,43	96.610,77
Vencidas até 60 dias	18.737,09	17.503,39
Vencidas até 90 dias	10.953,75	16.976,54
Vencidas há mais de 90 dias	879.747,70	389.676,72
	<u>14.612.225,08</u>	<u>13.977.063,84</u>
	<u>(771.872,69)</u>	<u>(254.161,58)</u>
	<u>13.840.352,39</u>	<u>13.722.902,26</u>

Provisão para devedores duvidosos (PDD)

	2012	2011
Circulante		
PIS a compensar - ativo imobilizado	1.536.657,09	1.906.047,57
COFINS a compensar - ativo imobilizado	7.083.275,33	8.983.066,04
Outros	2.346.119,62	3.504.504,47
	<u>10.966.052,04</u>	<u>14.393.618,08</u>
Não circulante		
PIS a compensar - ativo imobilizado	-	1.734.801,75
COFINS a compensar - ativo imobilizado	-	7.791.014,87
	<u>-</u>	<u>9.525.816,62</u>

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens do ativo permanente, durante o período de construção da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A., conforme facultam as Leis nº 10.833/03 e nº 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de PIS e COFINS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia estima a realização do ativo não circulante de acordo com a despesa esperada no exercício 2013.

7. Contas a receber - ativo financeiro indenizável

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ▶ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- ▶ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- ▶ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ▶ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;
- (b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O montante total a receber é de R\$ 681.250.568,33, sendo R\$ 85.269.714,71 no ativo circulante e R\$ 595.980.853,62 no ativo não circulante (sendo R\$ 126.891.674,83 no ativo circulante e R\$ 540.804.602,42 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2011).

	2012	2011
Correntes		
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	3.478.096,39	4.011.010,15
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	1.247.430,32	1.006.058,91
P&D	1.871.971,27	1.438.928,50
Outros	128.800,00	128.800,00
	<u>6.726.297,98</u>	<u>6.584.797,56</u>

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), com o objetivo de serem aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008 e 316/2008.

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída por definição da ANEEL. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) pro rata tempore, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de fiscalização descrita anteriormente. Divergências entre o valor provisionado e o valor pago permanecem no passivo da Companhia até que seja emitido despacho complementar por parte da ANEEL para pagamento.

9. Outras provisões - medidas compensatórias

O Contrato de Concessão nº 003/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a concessionária deva tomar medidas, destinadas a compensar impactos ambientais negativos, notadamente alguns custos sociais que não podem ser evitados ou o uso de recursos ambientais não renováveis, além de enviar esforços no sentido de minimizar os danos causados ao longo da faixa de domínio das linhas por ocasião da sua implantação e durante todo o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

A Companhia está operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo aos requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais, visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação nº 726/2008 emitida pelo IBAMA em 30 de setembro de 2008, tais como: Plano Para Recuperação de Áreas Degradadas da Faixa de Servidão e Acessos da LT; Monitoramento da Qualidade da Água; Programa de Adequação Ambiental Contínua de Procedimentos Construtivos e respectivas Instruções de Controle Ambiental (ICAs); Contatos sobre o posicionamento oficial do DNPM quanto à solicitação de bloqueio à concessão de títulos minerários em áreas interceptadas pela faixa de servidão da LT; Programa de Monitoramento de Fauna, amostrando a Avifauna, Herpetofauna e Mastofauna (grandes médios e pequenos mamíferos); Instalação de Sinalizadores de Cabos Para-Raios; Programa



Ambiental para monitoramento e conservação do Pato-Mergulhão (*Mergus octosetaceus*), Plano de Combate a Incêndios Florestais na Faixa de Servidão; verificando as áreas de reserva legal interceptadas pela Linha de Transmissão; Monitoramento da Flora; Programa de Sinalização Viária (Placas Informativas e Educativas); Programa de Educação Ambiental; e Assinando Termos de Compromisso junto às Prefeituras Municipais que tenham seus limites jurisdicionais inseridos na área de influência direta do empreendimento, para a elaboração de seus Planos Diretores.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo da provisão ambiental é de R\$3.930.631,00.

10. Empréstimos

a) Com instituições financeiras

Instituições Financeiras	Natureza da operação	2012		
		Ativo	Passivo	Resultado
China Development Bank	Juros	-	301.812,74	4.150.941,89
China Development Bank	Empréstimo CP	-	32.654.312,60	-
China Development Bank	Empréstimo LP	-	326.184.287,40	-

Em 5 de setembro de 2012, a Companhia captou um empréstimo com o China Development Bank (CDB) no valor de R\$ 360.104.400,00, conforme contrato firmado em 20 de julho de 2012.

O empréstimo tem um custo de Libor + 2,85% a.a. e um prazo de vencimento de 11 anos com pagamentos de principal e juros semestrais. Não existem cláusulas de *covenants* relacionadas a esse empréstimo.

Cronograma de vencimento de longo prazo:

	2012
2014	29.653.117,04
2015	29.653.117,04
2016	29.653.117,04
A partir de 2016	237.224.936,29
Total	326.184.287,40

b) Com partes relacionadas

A Companhia formalizou em 15 de dezembro de 2010, contrato de empréstimo com seu acionista controlador State Grid Brazil Holding S.A., no valor máximo de R\$ 360.000.000,00. Sobre o principal da dívida incide a taxa de juros de 10% ao ano. Os juros devem ser amortizados trimestralmente com início em 15 de março de 2011 e o saldo remanescente a pagar deve ser amortizado em 30 de novembro de 2012.

A Companhia não manteve nenhuma outra transação com partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$274.500.000,00, dividido em 274.500.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

13. Instrumentos financeiros

13.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	2012			2011		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	59.095.518,89	59.095.518,89	-	62.386.362,84	62.386.362,84
Concessionárias e permissionárias	13.840.352,39	-	13.840.352,39	13.722.902,26	-	13.722.902,26
Contas a receber - ativo financeiro	681.250.568,33	-	681.250.568,33	667.696.277,25	-	667.696.277,25
	695.090.920,72	59.095.518,89	754.286.439,61	681.419.179,51	62.386.362,82	743.805.542,73

Em 2012 e 2011, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2012	2011
Fornecedores	1.164.635,20	2.678.332,08
Contas a pagar - partes relacionadas	-	9.822,90
Empréstimos - partes relacionadas	-	361.416.097,65
Empréstimos	359.140.412,74	-
Impostos e contribuições sociais	10.391.254,67	9.273.610,01
	370.696.302,61	373.377.862,64

Os empréstimos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pré-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

A Companhia não possui contratos de derivativos financeiros vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

13.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

(i) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente empréstimos com instituições financeiras.

c) Risco de crédito

Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis da Companhia serem essencialmente junto a ONS - Operador Nacional do Sistema, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil operacional. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

13.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes de caixa e empréstimos apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

State Grid Brazil Holding S.A.	274.499.994
International Grid Holdings Limited	6
	<u>274.500.000</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Os dividendos de exercícios anteriores a 2010 foram calculados com base no lucro líquido do exercício ajustado anterior à aplicação da prática contábil mencionada na nota explicativa 2.

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	45.712.828,39	57.761.239,56
Reserva legal (5%)	(2.285.641,42)	(2.888.061,95)
Base de cálculo para os dividendos	43.427.186,97	54.873.177,61
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	(21.713.593,22)	(27.436.588,79)

O saldo total do lucro ajustado após a constituição da reserva legal e determinação do dividendo mínimo obrigatório, foi alocado como dividendos retidos o montante de R\$ 21.713.593,22.

Adicionalmente, o saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores também foi registrado como dividendos retidos.

A decisão sobre a destinação final do valor de dividendos a ser pago ou outra eventual destinação será efetuada em assembleia de acionistas durante 2013.

12. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

A Companhia registra provisão para contingências para processos considerados como expectativa de perda provável, conforme abaixo:

	2012	2011
Tributária	7.695.707,54	-
Trabalhista	34.553,64	224.686,63
Cível	5.014.486,83	2.130.373,15
	12.744.748,01	2.355.059,78

Adicionalmente, a Companhia não possui processos com expectativa de perda possível.

14. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	70.852.087,43	70.326.776,84
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - Adesão ao RTT	(30.983.386,94)	(34.621.203,43)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sem impacto do RTT	39.868.700,49	35.705.573,41
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	13.555.358,17	12.139.894,96
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Diferenças temporárias (Adoção ICPC 01 (R1))	10.534.351,56	
Adições não dedutíveis/Exclusões não dedutíveis	1.049.549,31	425.642,32
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	25.139.259,04	12.565.537,28

15. Receita operacional bruta

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresentou a demonstração do resultado iniciando pela receita líquida. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Receita operacional bruta	148.899.742,17	147.211.807,20
Receita de operação e manutenção	36.975.400,55	36.582.715,76
Receita financeira de construção e outras	111.924.341,62	110.629.091,44
Deduções da receita operacional	(16.862.593,98)	(15.853.635,94)
PIS	(2.233.200,20)	(2.098.627,26)
COFINS	(10.286.255,43)	(9.666.404,29)
Quota para RGR	(3.383.636,13)	(3.179.272,06)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(959.502,22)	(909.332,33)
Receita operacional líquida	132.037.148,19	131.358.171,26

16. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia apresenta a seguinte estrutura de capital em 31 de dezembro:

Descrição	2012	2011
Empréstimos (Nota 10)	(359.140.412,74)	(361.416.097,65)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	59.195.518,89	62.386.362,84
Dívida líquida	(299.944.893,85)	(299.029.734,81)
Patrimônio Líquido	(331.774.297,38)	(335.188.473,42)
Patrimônio líquido e dívida líquida	(631.719.191,23)	(634.218.208,23)

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

RAMON SADE HADDAD
Diretor Presidente

MURILO MAGALHÃES NOGUEIRA
Diretor

MARCIA CRISTINA MARINHO PEREIRA GONÇALVES
Contador - CRC/RJ 087201/01

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro, Brasil

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expres-

sar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4